



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 57, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DOS
CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E
FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DE NOVA
ESPERANÇA DO SUL/RS - NESPREV.

O **Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sul, RS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando o que dispõem as Leis Municipais n.º 811, de 16 de dezembro de 2003 e n.º 1.793, de 24 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados e aprovados os Regimes Internos dos Conselhos de Administração e Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nova Esperança do Sul/RS – NESPREV, adotados na forma de anexos do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sul, RS, 11 de agosto de 2020.

Antão Cláudio Peruffo
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se.



REGIMENTO INTERNO

DO

CONSELHO FISCAL

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV PUB DE NOVA
ESPERANÇA DO SUL -RS - NESPREV**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV PUB DE NOVA
ESPERANÇA DO SUL -RS - NESPREV**

CAPITULO I	DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO FISCAL
CAPÍTULO II	DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL
CAPÍTULO III	DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO CONSELHO
CAPÍTULO IV	DOS MEMBROS DO CONSELHO
CAPÍTULO V	DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO
CAPÍTULO VI	DAS REUNIÕES
CAPÍTULO VII	DA ORDEM DOS TRABALHOS
CAPÍTULO VIII	DA ANÁLISE, APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO
CAPÍTULO X	DAS DECISÕES E EMISSÃO DE PARECER
CAPÍTULO XI	DA ATA
CAPÍTULO XII	DISPOSIÇÕES GERAIS



CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO FISCAL

Art. 1º O Conselho Fiscal, criado pela Lei Municipal nº 1793 de 24 de março de 2020, é o órgão fiscalizador da gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Ser Pub de Nova Esperança do Sul-RS - NESPREV

Art. 2º Compete especificamente ao Conselho Fiscal:

- I - eleger o seu presidente;
- II - elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Fiscal;
- III - examinar os balancetes e balanços do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Nova Esperança do Sul – NESPREV, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;
- IV - examinar livros e documentos;
- V - examinar quaisquer operações ou atos de gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Nova Esperança do Sul – NESPREV;
- VI - emitir parecer sobre os negócios ou atividades do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Nova Esperança do Sul – NESPREV;
- VII - fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor;
- VIII - requerer ao Conselho de Administração, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;
- IX - lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;
- X - remeter, ao Conselho de Administração, parecer sobre as contas anuais do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Nova Esperança do Sul – NESPREV, bem como dos balancetes;
- XI - praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;
- X - sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas.

Parágrafo único - Compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar e presidir as reuniões do Conselho.

Art. 3º Assiste a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente, o direito de exercer fiscalização dos serviços do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Nova Esperança do Sul – NESPREV, não lhes sendo permitido envolver-se na direção e administração dos mesmos.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Art. 4º O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, para um mandato de QUATRO anos, permitida recondução, sendo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

-
- I - um membro, designado pelo pelo Chefe do Poder Executivo; e
II - dois membros, designados por Assembleia pelos servidores ativos.

§ 1º Os membros efetivos do Conselho, em sua primeira reunião ordinária, após a posse, escolherão entre seus pares o Presidente, para um mandato de 02 (dois) ano, permitida uma única reeleição.

§ 2º Os representantes dos servidores ativos e inativos serão escolhidos entre si, mediante eleição realizada pelo Sindicato ou Associação que os representa, sendo vedada a presidência simultânea do Sindicato ou associação municipal e do conselho fiscal. A escolha se fará pela quantidade de votos obtidos, sendo membro efetivo o primeiro colocado e membro suplente o segundo colocado, respectivamente.

§ 3º Na falta de Sindicato ou Associação, que represente os servidores ativos e inativos, será instalada uma Assembleia Geral, convocada pelo Chefe do Poder Executivo, por Edital, para este fim específico, com antecedência mínima de trinta dias e que será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 4º No caso de ausência ou impedimento temporário, o Presidente do Conselho será substituído pelo conselheiro que for por ele designado.

§ 5º Ficando vaga a presidência do Conselho, caberá aos conselheiros em exercício eleger, entre seus pares, aquele que preencherá o cargo até a conclusão do mandato.

§ 6º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho Fiscal, este será substituído por seu suplente.

§ 7º Ficando vago o cargo de membro efetivo do Conselho, o respectivo suplente assumirá o cargo até conclusão do mandato, cabendo ao órgão ou entidade ao qual estava vinculado o ex-conselheiro, indicar novo membro suplente para cumprir o restante do mandato.

§ 8º Perderá o mandato o membro efetivo do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas, sem motivo justificado, a critério do mesmo conselho.

§ 9º Os representantes que integrarão os órgãos de que trata o caput deste artigo deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

I- não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Federal Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
GABINETE DO PREFEITO**

II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;

§ 10º O mandato de Conselheiro é privativo de servidor público, ativo, inativo ou pensionista do Município.

**CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO CONSELHO**

Art.5º São atribuições do Presidente do Conselho:

- I** - convocar e presidir as reuniões do Conselho, dando prévia ciência aos seus membros;
- II** - organizar a ordem do dia das reuniões;
- III** - abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;
- IV** - determinar a verificação da presença dos conselheiros às reuniões;
- V** - determinar a leitura da ata e das comunicações que entender conveniente;
- VI** - assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;
- VII** - coordenar os trabalhos durante as reuniões;
- VIII** - colocar as matérias em discussão e votação;
- IX** - anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;
- X** - proclamar as decisões tomadas em cada reunião;
- XI** - decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos o Regimento;
- XII** - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- XIII** - determinar registro dos precedentes regimentais para solução de casos análogos;
- XIV** - designar relatores para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- XV** - assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;
- XVI** - determinar o destino do expediente lido nas sessões;
- XVII** - agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais o órgão deva ter relações;
- XVIII** - representar socialmente o Conselho ou delegar poderes aos seus membros, para que façam essa representação;
- XIX** - conhecer as justificativas de ausência dos membros do conselho.

**CAPÍTULO IV
DOS MEMBROS DO CONSELHO**

Art. 6º Compete aos membros do Conselho:

- I** - participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;
- II** - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
- III** - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- IV** - comparecer às reuniões na data e hora prefixadas;
- V** - desempenhar as funções para as quais for designado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

- VI - relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo Presidente;
- VII - obedecer às normas regimentais;
- VIII - assinar as atas das reuniões do Conselho;
- IX - apresentar retificações ou impugnações as atas;
- X - justificar seu voto, quando for o caso;
- XI - apresentar a apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições.

Art. 7º Perderá o mandato o membro efetivo do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas, sem motivo justificado, a critério do mesmo conselho.

Parágrafo único - O prazo para justificar sua ausência é de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato. Devendo a justificativa ser apresentada por escrito.

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO

Art. 8º Os serviços administrativos do Conselho serão cumpridos por um secretário que será designado pelo Presidente a quem competirá, entre outras, as seguintes atividades:

- I - secretariar as reuniões do Conselho;
- II - preparar a pauta das reuniões;
- III - registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;
- IV - distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;
- V - recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;
- VI - anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;
- VII - lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;
- VIII - providenciar os serviços de arquivo e documentação, entre outros;
- IX - receber, preparar, expedir e controlar correspondências.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 9º As reuniões do Conselho Fiscal ocorrerão na sede da Prefeitura.

§ 1º O quorum mínimo para início da reunião será de 2 (dois) membros do Conselho.

§ 2º Se, no início da reunião não houver quorum suficiente, será aguardado, o prazo de quinze minutos, para a composição do número legal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

§ 3º Esgotado o prazo do parágrafo anterior, sem que haja quorum, o Presidente do Conselho convocará nova reunião que se realizará no prazo mínimo de quarenta e oito horas e máximo de setenta e duas horas.

Art. 10º As reuniões serão:

I - ordinárias, a cada bimestre civil, em data a ser fixada pelo Presidente do Conselho;

II - extraordinárias, a qualquer tempo, sempre que convocadas pelo Presidente, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, ou a requerimento de no mínimo dois Conselheiros, ou, ainda, a pedido do Conselho de Administração, do Presidente do NESPREV, do Chefe do Poder Executivo ou do Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 11º A convite do Presidente do Conselho, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz, mas sem voto, pessoas cuja presença seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

**CAPÍTULO VII
DA ORDEM DOS TRABALHOS**

Art. 12º A ordem dos trabalhos será a seguinte:

I - leitura votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - expediente;

III - comunicações do Presidente;

IV - ordem do dia.

§ 1º A leitura da ata da reunião anterior poderá ser dispensada pelo plenário, quando sua cópia tiver sido distribuída previamente aos membros do Conselho.

§ 2º O expediente se destina a leitura de correspondências recebidas, assim como de outros documentos de interesse comum sobre o NESPREV.

§ 3º As comunicações do Presidente destinam-se a relatar pontos relevantes aos demais membros do Conselho.

§ 4º A ordem do dia incluirá os assuntos de pauta a serem discutidos, bem como a execução de outras atribuições do Conselho, conforme estabelecido em lei e neste regimento.

**CAPÍTULO VIII
DA ANÁLISE, APRECIÇÃO E DISCUSSÃO**

Art. 13º As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão analisadas, apreciadas, discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único - Por deliberação do plenário, matéria apresentada em uma reunião poderá ser re-analisada, rediscutida e votada na reunião seguinte, quando houver necessidade de maiores esclarecimentos e comprovação.

Art. 14º Durante as discussões qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem que serão resolvidas de acordo com este regimento ou com normas expedidas pelo Presidente do Conselho.

Parágrafo único - O encaminhamento das questões de ordem não previstas neste regimento será decidido conforme dispõe o art. 19.

Art. 15º Encerrada a discussão, poderá ser concedida à palavra a cada membro do Conselho, pelo prazo máximo de três minutos, para encaminhamento do parecer a ser proferido.

CAPÍTULO IX DAS VOTAÇÕES

Art. 16º Encerrada a análise e discussão a matéria será submetida à votação nominal.

Parágrafo único - A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os Conselheiros pronunciarem-se favoráveis ou contrários à proposição.

Art. 17º Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do Conselho declarará quantos votaram favoráveis ou contrários.

Parágrafo único - Havendo dúvida sobre o resultado da análise procedida, o Presidente do Conselho poderá pedir aos membros que reexamine a matéria e se manifestem novamente.

Art. 18º Não poderá haver manifestação por delegação.

CAPÍTULO X DAS DECISÕES E EMISSÃO DE PARECER

Art. 19º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por, no mínimo, 2 (dois) votos favoráveis.

Art. 20º Após as análises, apreciações dos documentos e decisões, o Conselho emitirá o parecer correspondente, aprovando os atos de gestão ou fazendo as recomendações e solicitações de esclarecimentos adicionais pertinentes.

Art. 21º O Presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto de desempate.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO XI
DA ATA

Art. 22º As sessões do Conselho serão registradas em ata.

Art. 23º A ata contemplará resumo das ocorrências verificadas e manifestações sobre os documentos analisados nas reuniões do Conselho Fiscal.

§ 1º As atas devem ser redigidas de forma legível, sem rasuras ou emendas.

§ 2º As atas devem ter suas páginas numeradas e rubricadas pelo Secretário do Conselho.

Art. 24º As atas serão assinadas pelo Presidente do Conselho e pelos membros presentes à reunião.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25º Os membros do Conselho Fiscal não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função.

Art. 26º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução do presente regimento serão resolvidas pelo Presidente do Conselho.

Art. 27º O presente regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Esperança do Sul-RS, 28 de julho de 2020.

Assinaturas dos conselheiros:

Daniela Tolfo Peranzoni: Daniela Peranzoni

Hosmana da Rosa Cézar de Moura: Hosmana da Rosa Cézar de Moura

Paulo Renato de Matos Junior: Paulo Renato de Matos Junior